



UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL: ATIVIDADES DE EXTENSÃO SOB A ÓTICA DA GESTÃO SOCIAL

Ariane Rodrigues Pereira
Flora Moritz Da Silva
Samuel Felipe

RESUMO

Este artigo trata dos modelos de extensão universitária adotados pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Sua criação envolveu a demanda popular de diversos movimentos sociais organizados. Para que o desenvolvimento institucional crescesse em simetria com o desenvolvimento local foi concebida a Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão, focando na participação popular para tomada de decisão. O objetivo deste artigo aborda o estudo do catálogo no qual as atividades de extensão são apresentadas a partir de análise documental, e em paralelo com entrevista com o Pró-reitor de extensão e cultura na busca do enquadramento gestional das atividades de extensão. Uma matriz dos tipos mais comuns de gestão foi elaborada e cada projeto foi alocado na mesma. Como a identidade da UFFS tem em seus alicerces pedagógicos uma base crítica e voltada para cidadania, a comparação frente ao novo paradigma da gestão social tornou-se necessária. O artigo busca caracterizar se a UFFS está reproduzindo a extensão da maneira que outras federais perpetuam ou se as sementes em seus alicerces contribuem para a deliberação cidadã na relação instituição e sociedade. Uma crise ronda a “universidade” no Brasil, por isso atividades em sintonia social que buscam legitimar a transformação societária através de mecanismos pedagógicos nunca foram tão importantes.

Palavras-chave: universidade, extensão, gestão social.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem despontado no cenário mundial como um dos líderes na produção de alimentos, além de deter uma posição de destaque na pesquisa sobre bicompostíveis como uma nova fonte de energia renovável. Não obstante, diversos outros fatores influenciaram para que se desfrutasse do atual momento de estabilidade e prosperidade. Entende-se que para atingir esse cenário, muitos obstáculos já foram enfrentados, contudo ainda há outros que demandam atenção. Um deles é a necessidade de converter a estabilidade política e econômica em políticas e programas sociais. Nesse contexto, a universidade tem um papel essencial, pois ela pode fornecer subsídios a jovens tornarem-se cidadãos e profissionais participantes da sociedade.

Dado esse papel que a universidade possui de ser um agente transformador dos ambientes econômico, social e cultural, a tríade ensino, pesquisa e extensão deve apresentar coerência a fim de conjugar esforços para fortalecer a sociedade. De acordo com esta visão, as atividades de extensão convertem-se num meio oportuno de intervenção social.

Dessa forma, o problema norteador da pesquisa atual busca verificar **quais atividades de extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS possuem uma abordagem de gestão social?**

Para auxiliar no atendimento ao problema proposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Examinar como se dá o processo das atividades de extensão na UFFS;
- b) Elaborar matriz de comparação para identificar o caráter das atividades de extensão;
- c) Detalhar um processo de extensão que tenha abordagem de gestão social.

A relevância do presente estudo deve-se à característica de criação da UFFS e ao seu perfil de atuação. Esta universidade tem em sua fundamentação um compromisso em reverter os efeitos da lógica neoliberalista até o momento sofridos pela Mesorregião Fronteira Mercosul. Busca-se tal intento através do caráter da universidade que visa à oferta de ensino gratuito, popular e democrático a disposição dos trabalhadores desta região.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica compreende ao resgate da visão de autores sobre o tema Universidade, Extensão e Gestão Social x Compromisso Social. Além disto, está fundamentada numa concepção crítica que tem em vista a concepção da cidadania deliberativa.

2.1 UNIVERSIDADE

A crescente evidência brasileira em cenário mundial como um país que luta para reduzir a fome e para minimizar as misérias apresenta como corolário necessário, uma necessidade de converter a estabilidade política e econômica em políticas e programas sociais que culminem com a emancipação de indivíduos até então marginalizados.

Neste contexto a economia solidária tem crescido no país, de acordo com Zart e Santos (2006) isto representa a organização de movimentos sociais no estabelecimento de alternativas que viabilizem políticas públicas para a inclusão social, como ainda para a transformação das estruturas e das relações sociais causadoras da marginalização humana e da degradação ambiental.

De acordo com Boaventura Santos (2008, p, 166-167) “por mais referenciada em códigos de conhecimento e informação, a sociedade humana da atualidade continua estruturada sobre profundas contradições políticas e perversas desigualdades sociais”. E neste tocante, a universidade tem um papel importante. Boaventura Santos (2008, 172) defende que no Brasil deveria ser construída uma instituição “capaz de atuar como instrumento de integração social e política entre países, culturas e povos, em contraposição aos efeitos perversos do globalitarismo”.

A universidade pode conduzir um projeto social e epistemológico adequado à superação das decorrências da globalização neoliberal da economia, para tanto é necessário que seja aberta, dialógica, problematizadora e emancipatória. Dessa forma:

“a universidade é uma instituição que tem como compromisso desenvolver um pensamento a partir da realidade e com os sujeitos com os quais convive, não para neles permanecer, mas se constituir na capacidade de mobilização de competências crítico-propositivas, para ações transformadoras que continuamente promovam a reflexão sobre o feito e o não realizado, vislumbrando caminhos novos para alternativas novas”. Zart (2006, p. 33)

Para Schommer e Boullosa (2010) os processos de desenvolvimento sócio-territorial nos quais há intervenção da universidade, o objeto a ser deslocado não deveria ser o conhecimento, mas sim o sujeito do conhecimento. Para que dessa forma ocorra a efetiva transferência de saberes.

Observa-se que a universidade associa peculiaridades tradicionais, rigidez, divisão disciplinar, burocratização e resistência a pressões sociais, por um lado, e por outro estabelece espaço de diversidade, experiências, produção e articulação de diferentes conhecimentos, crítica e inovação (DELANTY, 2001; SCHOMMER, 2005) apud Schommer e Boullosa (2010, P. 35). Logo, nesta abundância de possibilidades de relacionamentos entre a universidade e outros atores sociais, são diversas as oportunidades de desempenhar um exercício para a habilitação ao exercício da cidadania.

2.2. EXTENSÃO

Segundo Cruz *et al* (2010) a extensão universitária tem bases na pedagogia crítica, que está alicerçada no diálogo, uma relação horizontal no qual professor e aluno são sujeitos que fazem e refazem a história. Pensar a extensão pressupõe trabalhar o processo de formação universitária por meio de uma pedagogia crítica que construa novos conhecimentos, compreendendo o contexto social no qual se está inserido, assumindo assim a interface entre o saber acadêmico e popular, construindo dessa forma uma relação de criticidade e de troca de experiências. A pedagogia crítica compreende a liberdade entre educador e educando, construindo o aprendizado de maneira bilateral.

Segundo descrito no Plano Nacional de Extensão Universitária, no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão -1987- se definiu Extensão Universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. É uma via de mão-dupla: a comunidade acadêmica encontrará na sociedade a oportunidade de praticar os conhecimentos acadêmicos, e no retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, acrescentará àquele conhecimento. Esse fluxo, que troca saberes sistematizados, acadêmico e popular, trará a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade na atuação da Universidade. É um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (NOGUEIRA, 2000).

Nogueira (*apud* Nogueira, 2000, p.8) ressalta também a relação extensão e compromisso social da universidade:

A extensão universitária é então resgatada enquanto instrumento que vai possibilitar à universidade cumprir sua função social. Repensar a extensão universitária enquanto atividade acadêmica significava colocá-la lado a lado do ensino e da pesquisa como meio de democratizar o conhecimento produzido e ensinado na universidade e, ao mesmo tempo, possibilitar que esta mesma universidade atendesse às demandas mais urgentes da população, na crítica e na reconstrução de uma sociedade mais justa.

A extensão tem grande importância para o desenvolvimento do ser humano como indivíduo ativo, “que transforma o mundo que está inserido” (CRUZ *et al*, p. 4). Ela permite aos mais abastados a verdadeira conscientização do mundo. Permite identificar as diferenças, os ensinamentos dos diferentes mundos sociais, respeitando-os,

Bellei (2006) coloca que, por sua vivência, vê a extensão como “prima pobre” da universidade, e talvez por isso, seja a mais importante, já que sua função é estabelecer a conexão com o social, é o que liga a universidade à sociedade. O problema é que hoje, a extensão estabeleceu uma conexão com o capital. É preciso fazer a conexão certa. Faz diferença se na universidade, a extensão, mandará um aluno a um grupo ou movimento social ou para trabalhar numa grande empresa privada, situação na qual ele será apenas utilizado como mão-de-obra barata. Não é problema um aluno fazer estágio numa grande empresa, contanto que ele não seja uma simples mão-de-obra barata, mas venha depois a escrever, por exemplo, o sistema de trabalho que opera tal empresa. A extensão deveria ajudar o aluno a aprender a prática da interpretação da suspeita e a problematizar a realidade social. Enquanto houver essa consciência problematizadora da extensão, está bem independente de onde estiver o projeto.

Conforme Nogueira (2000) a extensão como atividade acadêmica visa interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, respeitando o compromisso social da universidade. O conteúdo da extensão deve ser definido a partir das diretrizes políticas da universidade tendo em consideração a relação entre realidade institucional e o processo histórico, sendo assim uma resposta aos anseios da sociedade. A relação entre extensão e pesquisa ocorre, sobretudo pelo papel que esta desempenha enquanto criadora de conhecimentos, enquanto seja capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A relação entre pesquisa e compromisso social tem como centro saber-se o que será pesquisado e para quais fins se buscam esses novos conhecimentos.

No Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) coloca-se que a extensão atualmente é muito diferente do assistencialismo: vai além da compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos, prestações de serviços e difusão cultural. Aponta para uma concepção de universidade em que a relação com a população é a oxigenação necessária para a vida acadêmica. Dentro desse marco, a produção do conhecimento, via extensão, se dará na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, gerando conseqüentemente a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

O Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) esclarece que a extensão só se concretiza, enquanto prática acadêmica, quando é discutida sua proposta de ação global e sua inserção institucional nos departamentos, definindo suas linhas de ensino e pesquisa em função das exigências da realidade. Ressalta que essa intervenção na realidade não objetiva levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tornando-os acessíveis à população. Assim, a natureza pública da universidade se confirma à medida que os diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica, não significando, necessariamente, frequentar seus cursos regulares.

No mesmo Plano Nacional de Extensão Universitária (2001), são citados os princípios básicos, presentes na plataforma política de extensão universitária desde 1987:

- a) A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- b) A universidade não é proprietária de um saber pronto e acabado, a ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, por participar dessa sociedade, deve estar sensível a seus problemas e apelos, através de grupos sociais com os quais interage, ou/e de questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;

- c) A universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- d) A ação cidadã das universidades deve difundir os saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações, resultantes dessas pesquisas;
- e) A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, encarada como um trabalho social, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
- f) A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

Wanderley (2005) reforça a forma indissociável entre ensino, pesquisa e extensão afirmando que, se é válida a separação deste tripé para efeitos analíticos, o conteúdo social deve estar necessariamente presente no conjunto.

2.3. GESTÃO SOCIAL X COMPROMISSO SOCIAL

Tendo em vista que o entendimento da gestão social por diversas vezes pode ser confundido com compromisso social, apresenta-se a seguir um recorte teórico de apoio, a partir da metodologia proposta por Tenório (2004) sobre a proposta de Gestão Social. Em seguida, expõe-se a temática de compromisso social para por fim apresentar um confronto entre estes dois eixos em atividades de extensão universitária.

2.3.1 Gestão Social

O conceito de Gestão Social nos remete ao início da década de 90, onde um novo mundo capitalista desperta depois da derrubada do Muro de Berlin. Sobre essa nova onda o “Conselho de Washington” trouxe consigo dentro de containeres o Estado-mínimo, o superávit primário, a não reserva de mercado e outras *commodities*, obrigando a reformulação do conceito de gestão pública (TENÓRIO 2007, p.39). A partir dessa transformação, a gestão social ganhou *status* de política participativa, na gestão pública de organizações, no terceiro setor, de combate à pobreza e até ambiental, já que se tornou a alternativa à gestão pública que se transformou em simples instrumento regulador de mercado.

A seguir serão apresentados os principais conceitos de gestão social, classificando-os em três grandes eixos temáticos: metodológico, organizacional e societário. O eixo metodológico envolve a concepção de gestão social como instrumento, processo ou conjunto de ações adequado à intervenção na realidade social, representando a dimensão meio. O eixo organizacional envolve a concepção de gestão social como forma ou espaço de gestão, isto é, encampando a idéia de execução, e o eixo societário inclui a noção de gestão social a partir de sua finalidade, que é a de enfrentamento à questão social e de transformação societária.

2.3.1.1 O Eixo Metodológico da Gestão Social

A definição de gestão social remete a um procedimento de favorecer de maneira material e imaterial, transportando a gestão centralizada no executivo municipal e legislativo, para um tipo de gestão descentralizada, no qual diferentes grupos do meio que componham a sociedade local interajam com o poder público em benefício da comunidade. Sendo, portanto,

um instrumento para acesso à riqueza social, Silva (2004) classifica a gestão social como um apanhado de estratégias com o intuito de aprimorar a vida social, sem se submeter à lógica mercantil.

A Gestão Social dentro deste eixo pode ser analisada como parte de políticas públicas, e ou, projetos sociais quando a mesma se torna responsável pelas demandas sociais. Apoiando tal crença está Carvalho (1999, p. 28):

E as respostas a essas demandas e necessidades são as políticas sociais, os programas e projetos sociais. A gestão social tem um compromisso, com a sociedade e com os cidadãos, de assegurar por meio de políticas e programas públicos o acesso efetivo aos bens, serviços e riquezas societárias.

Pertencem também a razão metodológica da gestão social, as ações e estratégias para o desenvolvimento local, no qual Bordin (2009) argumenta que se deva entender o processo social permeado de complexidade, ordem e desordem, entre outras instancias que compõem a sociedade e os projetos societários. Continuando na idéia do autor, a construção e implantação de ações estratégicas, assinalados por pactos sociais formais ou informais, que visem o desenvolvimento social num determinado território é uma boa forma de definir gestão social. Uma ressalva é que nem todos os teóricos têm a mesma opinião.

Por fim, às idéias desse eixo, França Filho (2008, p.66) expõe também que a gestão social serve de instrumento para políticas publicas, quando “a idéia de gestão social diz respeito à gestão das demandas e necessidades do social”.

A face técnica que representa a interface do sujeito e seu meio é sem dúvida muito positiva para o desempenho da inovação, na criação de estratégias sociais.

2.3.1.2 O Eixo Organizacional da Gestão Social

Dentro deste eixo o microambiente da tomada de decisão, execução e avaliação, ganha aspecto de emergência e faz de problemas comunitários, uma forma para testar o sistema mercantilista através do enfraquecimento burocrático.

Para Tenório (2006), dentro do escopo do eixo organizacional, a gestão social, dá ao ambiente a dimensão de *locus* de exercício de cidadania e participação coletiva e organizada onde todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de inibição.

Segundo Cabral (2007, p.134) defende a ótica dos processos gerenciais, sendo:

(...) o processo de organização, decisão e produção de bens públicos de proteção social, que se desenvolvem perseguindo uma missão institucional e articulando os públicos constituintes, envolvidos em uma organização que tende a incorporar atributos do espaço público não estatal, na abordagem que faz da questão social.

São os elementos que qualificam, de forma coordenada e convergente, e devem ser observados e tomados como parâmetros no desenvolvimento do processo de gestão.

Para finalizar essa parte organizacional, onde as ações devem ser bem estudadas e debatidas entre os atores, França Filho (2008) debate que o modo de gestão como componente analítico da gestão social, reforça o modo próprio às organizações, transformando a competitividade que é originária do mercado, em subsidio de *know how*, na formação de parcerias público privadas, através de variadas formas de parcerias para desenvolvimento de projetos. O autor ainda lembra a objetividade de está intrínseca na palavra gestão, de manejar, buscando o caminho mais eficiente para uma administração voltada para o social.

2.3.1.3 O Eixo Societário da Gestão Social

É uma dimensão que tem um grande lastro de profundidade nas camadas sociais por tratar diretamente da gestão social partir de sua finalidade, que é a de enfrentamento à questão social e de transformação societária.

A visão do autor Ladislau Dowbor (1999), introduz sobre a gestão social, que enquanto potencialidade interventiva de transformação da sociedade recairá sobre ela repensar formas de organizações sociais e redefinição em relação entre o político, o econômico e o social. As organizações típicas da sociedade mercantil como lembra Guerreiro Ramos (1989), são falsas: estão enganando seus membros além de seus clientes, fazem-nos acreditar que elas próprias são vitais para sociedade. As empresas são poderosos sistemas epistemológicos que se adaptam ao mercado utilizando da política cognitiva, fazendo nos desvencilhar muitas vezes do verdadeiro potencial humano.

Por isso Maia (2005) sugere que o desenvolvimento democrático emancipatório da sociedade aconteça fundado nos valores, práticas e formação da democracia e da cidadania deliberativa, em vista do enfrentamento às questões sociais, dos interesses públicos com padrões de uma nova civilidade. Através dessa perspectiva, de uma pactuação democrática nos âmbitos nacional, municipal e local, e união dos atores das camadas civis, política e econômica é possível propor a devida participação dos cidadãos historicamente excluídos.

Fechando o eixo societário da gestão social, com a ênfase analítica no desenvolvimento das potencialidades humanas, Carrion & Calou (2008, p.17) atentam que o núcleo dessa matriz de estudo, é uma gestão centrada “no processo de proteção da vida, na preservação do meio ambiente, no atendimento das necessidades e no desenvolvimento das potencialidades humanas”.

Para Tenório (2002, p. 124) “gestão social se contrapõe a gestão estratégica à medida que tenta substituir gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais”. A tentativa para elucidar de forma interdisciplinar o que é, e do que trata a gestão social, mesmo de forma muito singela, exercita a analogia com a gestão estratégica, pois dividem os mesmos pré - requisitos operacionais de sucesso, porém em realidades opostas quando tratadas como mercado x sociedade.

2.3.2 Compromisso social

O Instituto Ethos (2011) define Responsabilidade Social Empresarial como a forma de gestão que se caracteriza pela relação ética e transparência da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Kliksberg (2008) destaca que não se pede que as empresas substituam a política pública, que em uma democracia tem a obrigação de garantir educação, saúde, trabalho e inclusão. Senão que seja um aliado criativo e constante desta.

A expressão compromisso social geralmente é atribuída à responsabilidade social da universidade. Comprometimento tem uma conotação de maior envolvimento do que responsabilidade. Assim, falar do compromisso social da universidade significa falar de seus deveres e obrigações, das incumbências inerentes à natureza institucional das universidades.

Sobre (...) a responsabilidade social das universidades, existe uma larga bibliografia e, se fizermos uma leitura dos estatutos, princípios e objetivos norteadores de cada instituição, ela normalmente comparece de forma explícita sob a expressão compromisso social. Este objetivo resultou de uma revisão de longa duração, de uma autocrítica dos membros das comunidades universitárias, não raro como

consequência de grupos representativos dos segmentos, reivindicando ou mesmo exigindo que ela não se vinculasse apenas às elites, mas saísse da torre de marfim, negasse a suposta neutralidade científica, respondesse aos interesses universais, atendesse aos setores carentes, desenvolvesse projetos sociais, etc. A figura mais expressiva dessa finalidade se centra na dimensão da extensão, que acabou por se tornar componente constitutivo da natureza da universidade, compondo o tripé ensino-pesquisa-extensão. (Wanderley, 2005, p. 168).

Goergen (2006) compreende que o compromisso social da universidade é a prestação de contas da instituição à sociedade. Significa que a mesma não deva sempre estar a serviço dos interesses socioeconômicos do sistema, mas sim exercer a crítica e a resistência. Deve ter em vista o contexto social mais amplo que envolve tanto a instituição de uma sociedade mais justa e igualitária quanto à realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão.

2.4 VISÃO DOS AUTORES

A extensão na universidade propicia uma oportunidade de disseminação dos mais variados tipos de conhecimento, sendo este compartilhamento tanto da universidade para sociedade, quanto sociedade-universidade. A gestão de processos de extensão sob a ótica da gestão social deve permear um relacionamento democrático e dialógico a fim de integrar a tríade: ensino, pesquisa e extensão e oferecer a oportunidade para o desenvolvimento do sujeito-cidadão e assim contribuir para a existência de uma sociedade mais justa.

Apesar de gestão social e compromisso social serem termos recentes, que envolvem o social, não são sinônimos. O compromisso social é uma atitude que provém da universidade, que busca projetos para ajudar a sociedade. A gestão social parte de uma deliberação da comunidade, sendo seus membros atores participantes das ações.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se como acadêmica, e do ponto de vista de sua natureza é básica; quanto à finalidade é considerada descritiva porque visa apresentar a realidade de extensão da UFFS sob o enfoque da gestão social; quanto à natureza das variáveis, qualitativa; ao escopo da pesquisa em termos de amplitude e profundidade, caracteriza-se como um estudo de caso, que tem grande profundidade e pequena amplitude (ZANELLA, 2006), pois procura conhecer uma realidade específica, neste caso, a realidade da extensão na UFFS; e em relação aos procedimentos técnicos ou procedimentos para a coleta de dados classifica-se como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Caracteriza-se por ser bibliográfica por que utiliza estudos preliminares de autores estruturantes nas temáticas trabalhadas: universidade, extensão, gestão social e compromisso social. Documental, já que foram realizadas consultas a documentos institucionais.

Para o atendimento dos objetivos da pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos:

Objetivo	Coleta de dados
a) Examinar como se dá o processo das atividades de extensão na UFFS;	Entrevista semi-estrutura e pesquisa documental
b) Elaborar matriz de comparação para identificar o caráter das atividades de extensão	Pesquisa bibliográfica
c) Detalhar um processo de extensão que tenha abordagem de gestão social;	Entrevista semi-estrutura e pesquisa documental

Quadro 01: Instrumentos de coleta de dados

Fonte: Elaborado pelos autores

Para a pesquisa de campo optou-se por entrevista semi-estruturada realizada através de transmissão de voz pela internet e gravada mediante autorização do entrevistado, o Pró-Reitor de Extensão e Cultura da UFFS. A elaboração da matriz, para comparação dos projetos, foi realizada após revisão teórica de Tenório (2002, 2004, 2006 e 2007) com adaptação pelos autores. Por fim, o detalhamento de um projeto com abordagem de gestão social ocorreu em função de determinação intencional, após comparativo entre os projetos em atuação.

No tratamento e análise de dados utilizou-se o método de natureza qualitativa, proposta com o uso da estratégia de contar com proposição teórica, sugerida por Yin (2005). A orientação teórica guia a análise do estudo de caso. Tendo em vista que, ainda segundo Yin (2005, p. 158) “os objetivos originais e o projeto para o estudo de caso foram baseados, presumidamente nessas proposições”.

Foi realizada a transcrição da entrevista e analisada à luz da teoria, com conseqüente apreciação crítica.

4. ANÁLISE DE DADOS

A seguir elenca-se a apresentação da universidade foco do estudo, bem como uma análise comparativa entre a teoria e as práticas identificadas.

4.1. SURGIMENTO DA UFFS

A UFFS é uma instituição de ensino superior pública e popular. Criada pela lei n.º 12.029, de 15 de setembro de 2009. Possui cinco campi: Chapecó/SC, sede da instituição; Realeza e Laranjeiras do Sul/PR; e, Cerro Largo e Erechim/RS, regiões que até então careciam de ensino superior (UFFS, 2011).

As graduações ofertadas privilegiam as vocações da economia regional a fim de proporcionar o desenvolvimento regional integrado, pela valorização e superação da matriz produtiva, tendo como missão:

- a) Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da região da fronteira sul, a qualificação profissional e a inclusão social;
- b) Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno.
- c) Promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na região da fronteira sul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso.

Dessa forma, a universidade surgiu a partir das demandas da sociedade no seu entorno, tendo em desde sua fundação pressupostos que orientam sua conduta e ação social.

4.2. ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA UFFS

Dada a recente criação e seu caráter de formação, a UFFS, possui um quadro singular no cenário brasileiro no que tange sua atuação. A fim de nortear as ações não apenas de extensão, como também de ensino e pesquisa, a universidade realizou, entre junho e setembro de 2010, a 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Especificamente, quanto à extensão, a conferência visou definir as prioridades institucionais de extensão e cultura, tendo em vista o compromisso da UFFS com o desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico do seu entorno.

A metodologia utilizada para tanto compreendeu a realização de fóruns temáticos e grupos de discussão em todos os cinco campi da universidade. Após a realização destes, foi elaborado um livro com a transcrição dos debates. Os temas presentes foram: 1 – conhecimento, cultura e formação humana; 2 – história e memória regional; 3 – movimentos sociais, cidadania e emancipação; 4 – agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento regional; 5 – energia renováveis, meio ambiente e sustentabilidade; 6 – desenvolvimento regional, tecnologia e inovação; 7 – gestão das cidades, sustentabilidade e qualidade de vida; 8 – políticas e práticas de promoção da saúde coletiva; educação básica e formação de professores; e, 10 – juventude, cultura e trabalho.

Após a realização dos fóruns houve momento de discussão em cada um dos campi: Chapecó, Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, e em seguida houve sistematização e elaboração do documento final da COEPE. Este por sua vez serve atualmente como orientador para a elaboração de editais de apoio a projetos de extensão.

De acordo, com a pró-reitoria de extensão usualmente a verificação da necessidade do entorno da universidade para novos projetos de extensão ainda pode ser encaminhada por demanda de docentes, alunos ou de forma espontânea pela comunidade.

Neste tocante, há um órgão chamado Conselho Estratégico Social de caráter consultivo, que visa representar a comunidade externa e interna da UFFS e que de acordo com o artigo 35 do Estatuto da UFFS, busca contribuir para a construção de uma instituição de educação superior pública e popular, comprometida com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com o desenvolvimento sustentável.

Contudo, é válido salientar que o caráter deste conselho é consultivo, não havendo então instância deliberativa para efetiva participação em decisões que impactem a comunidade. Dentre outras ações, o caráter consultivo conforme o Art. 37 deve ser aplicado em questões relativas ao compromisso social da UFFS, em consonância com os princípios norteadores desta.

O órgão superior de deliberação da universidade, de acordo com o estatuto da UFFS, é o Conselho Universitário – CONSUNI. Que tem em sua composição: o reitor, vice-reitor, diretores dos campi; 30 docentes; 06 técnicos administrativos; 06 discentes e três representantes da comunidade externa. Neste último caso, são indicados através do CES por meio de eleição.

Assim, compreende-se que, a atuação da UFFS demonstra estar em consonância com compromisso social e em alguns casos ocorre a ação através da gestão social. Ao ser verificado o caráter de universidade popular mediante a ótica da gestão social, a cidadania deliberativa deveria ter maior participação. Contudo, o isomorfismo do processo burocrático brasileiro de concepção de extensão pode ser influenciador para a não ocorrência da gestão social.

O documento final da COEPE que dentre as resolutivas apresentou princípios norteadores das políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS, as quais seriam: Humanismo – tendo em vista a humanidade existente em cada ser humano e a não tolerância a injustiças e perda de dignidade humana; Pluralidade – com relação à natureza universitária de ser universal: enquanto humanitária, interpretativa e orientada ética-politicamente; Justiça cognitiva – referente à democratização de todas as formas de saber; Autonomia intelectual para preparar o indivíduo para a reflexão crítica da realidade histórica; Cooperação – em contraposição ao individualismo econômico moderno e instrumentalização racional que o embasa; Sustentabilidade como conjunto de princípios, valores, conhecimentos e práticas para superação do modelo desenvolvimentista atual priorizando justiça social e relações solidárias; Transformação social – para contextualizar e interpretar histórica e criticamente a intervenção

social; Indissociabilidade entre o Ensino, pesquisa e extensão; e, por fim, o princípio da Interdisciplinaridade como processo de construção do conhecimento.

Além destes princípios, Trevisol (2010) apresentou, no I Seminário de Interação entre Universidade e Comunidade: a UFFS e o desenvolvimento regional, pressupostos orientadores às políticas e projetos de extensão da universidade, que são: 1 - A extensão não é uma abstração; 2 - A extensão é uma das atividades fins da universidade; 3 - A extensão deve promover a universidade enquanto um bem público, democratizando-a de dentro para fora; 4 - A extensão deve promover a universidade enquanto um bem público, democratizando-a de fora para dentro. A extensão, nesse sentido, deve ser concebida e realizada de forma inversa. E, 5 - A extensão deve aprofundar o compromisso social da universidade.

Portanto, essa é a realidade verificada institucionalmente quanto aos processos de extensão na UFFS. Que abarca em sua concepção elementos estruturantes críticos, porém, ainda com vestígios burocráticos. Logo, uma questão deve ser levantada quanto ao processo atual comunicativo dialógico entre universidade e sociedade, ou melhor, entre sociedade e universidade, necessário ao se considerar a educação como bem público. Deste modo, com demanda social participativa, que contenha elementos de cidadania deliberativa e promovam ações de emancipação de sujeitos, principalmente, tendo em vista o caráter popular da universidade.

4.4. COMPROMISSO E GESTÃO SOCIAL NA UFFS

De acordo com o catálogo de extensão de projetos 2011, totalizam-se 81 projetos, sendo 73 provenientes de editais lançados e 08 referentes à demanda livre. Estão assim categorizados:

Natureza	Descrição	Quantidade
Demanda Livre	Projetos PET	5
	Programas de extensão	2
	Projetos de demanda livre	8
EDITAL	Comunicação	6
	Cultura	7
	Direitos Humanos	1
	Educação	29
	Meio Ambiente	7
	Saúde	5
	Tecnologia e inovação	12
	Trabalho	6
TOTAL		81

Quadro 02: Quadro resumo dos projetos de extensão da UFFS
Fonte: Catálogo de Projetos – UFFS – 2011

Para se verificar o caráter dos projetos de extensão acima mencionados foi elaborada a seguinte matriz que evidencia eixos de gestão social, os quais são Eixo Metodológico, Organizacional e Societário, com formas de gestão burocrática, gestão com compromisso social e gestão social.

Categorias de Análise	Gestão Burocrática	Compromisso Social	Gestão Social
Eixo Metodológico	Clientelista	Formação	Participativa
Eixo Organizacional	Gerencialista	Consultiva	Deliberativa

Eixo Societário	Assistencial	Autonomia	Emancipação
-----------------	--------------	-----------	-------------

Quadro 03: Matriz de análise para projeto de extensão da UFFS
Fonte: Adaptado pelos autores de Tenório (2002, 2004, 2006 e 2007)

A partir da descrição dos projetos no catálogo de extensão, uma análise de cada um dos três eixos em cada projeto foi realizada, para compreender o tipo de gestão presente nos projetos relatados. A maior parte dos projetos não se enquadrou nos três eixos metodológicos em um único tipo de gestão. Dos 81 projetos, 14 se enquadraram em gestão com compromisso social, 10 em gestão burocrática e 8 em gestão social. Dos 49 mistos, isto é, projetos nos quais não houve uma uniformidade das categorias nos três eixos, observaram-se uma predominância do compromisso social, com traços de gestão ora social, ora burocrática.

Como o foco da pesquisa são os projetos com ênfase na gestão social, o Projeto de Extensão Curso - Realidade Brasileira a Partir dos Grandes Pensadores foi escolhido, para uma caracterização mais detalhada. Destacado pelo entrevistado mais de uma vez, este projeto “foi o único que partiu muito mais da comunidade externa do que da comunidade interna. Uma demanda bem definida da comunidade externa através de um consórcio de movimentos sociais” segundo o próprio entrevistado.

Caracterizado como um curso de extensão universitária, o projeto tem movimentos e entidades sociais como parceiros: Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude do Meio Urbano, Pastoral da Juventude Rural, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento das Mulheres Camponesas, Consulta Popular, Sinergia, Sindaspi e Federação de Estudantes de Agronomia.

De acordo com o formulário do projeto, o público alvo são os educandos (as) que se enquadrem nos seguintes critérios: ser vinculados (as) a um movimento social ou organização popular; ter passado por outros processos de formação política de base; e prioridade para militantes urbanos. Na composição da turma, será procurado atender ao equilíbrio de gênero e representar a diversidade de movimentos e organizações da Região Sul (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA, 2010).

O curso é gratuito e tem os seguintes objetivos gerais:

- “a) Estudar a realidade sócio-histórica (econômica, política, cultural) do Brasil, utilizando como guia os principais pensadores brasileiros e suas obras;
- b) Elevar o nível sócio-cultural e intelectual dos (as) educandos (as) do curso, atingindo através desses, a base das organizações e movimentos sociais urbanos e camponeses;
- c) Socializar conhecimentos e experiências entre universidade, professores e educadores/militantes dos diferentes Movimentos e Entidades Sociais (MST, MPA, MAB, MMC, MMTU, PJR CPT, Consulta Popular, MTST, MTD, MPL e Movimento Sindical);
- d) Produção de novos conhecimentos confrontados com realidade atual, numa perspectiva de transformação social;
- e) Proporcionar à Universidade o cumprimento de uma de suas funções, a Extensão Universitária, atendendo demandas específicas da sociedade, aumentando o vínculo entre Instituição de Ensino e Comunidade” (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA, 2010).

No trabalho de conclusão de curso, o educando deverá desenvolver conhecimento científico construído a partir de sua realidade. A estrutura de coordenação do curso será composta por membros indicados pelos movimentos sociais e a Universidade conveniada, ou seja, a desde a origem até a concepção da coordenação do curso é feita de forma participativa. Houve uma deliberação da sociedade, e haverá um retorno ao final, em projetos para a comunidade, elaborado por um membro desta comunidade ou movimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o papel transformador da universidade, este estudo propôs-se a verificar as atividades de extensão da UFFS sob a ótica da gestão social. A natureza da criação e o caráter desta universidade a distingue de outras brasileiras e, portanto, a busca da compreensão desta realidade torna-se relevante.

Dado o papel transformador da UFFS que está proposto em seus princípios norteadores de atuação é possível compreender as atividades de extensão como contempladas por uma gestão com compromisso social isto foi evidente após o levantamento da pesquisa atual. Contudo, o presente estudo buscou identificar quais atividades de extensão da UFFS possuem uma gestão social. Isto porque esta denota a importância de uma atuação empenhada em uma transformação societária.

Dessa forma, foi verificado como se dá o processo das atividades de extensão, e a metodologia encontrada demonstra um compromisso social ao se consultar a universidade e seus atores através de fóruns de discussão que nortearam várias das ações da UFFS.

Além disso, para melhor elucidação quanto à natureza dos projetos de extensão utilizou-se uma matriz elaborada com adaptação pelos autores, para que se pudessem classificar os projetos em gestão burocrática, gestão com compromisso social ou gestão social. Notadamente, em diversos casos, os projetos apresentaram características mistas, podendo ser entendidos em virtude da predominância de um ou outro modelo de gestão.

Apesar de alguns projetos demonstrarem ter em sua constituição alguns elementos de gestão social, o projeto mais relevante denominado Realidade Brasileira, que então foi descrito neste estudo para ilustração da abordagem desta gestão que busca além do compromisso social, a participação ativa de todos os atores envolvidos.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA SANTOS, de Souza; ALMEIDA FILHO; Naomar de. **A Universidade no século XXI: Para uma Universidade Nova**, Coimbra, 2008.

BORDIN, Érica Monteiro Do Bomfim. **A Gestão Social No Contexto Das Organizações Da Sociedade Civil: Desafios Para Efetivação Da Cidadania**. 2009. 215 f. Dissertação (Mestre) - Curso de Serviço Social, PUC, Porto Alegre, 2009.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. São Paulo: Saraiva 2007.

CARRION, Rosinha & CALOU, Ângela. PREFÁCIO. **Pensar a Gestão Social em Terras de “Padinho Cícero”**. In Jeová Torres Silva Jr., Rogério Teixeira Mâsh, Airton Cardoso Cançado, Paula Chies Schommer (org). Fortaleza, Imprensa Universitária. 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão Social**: alguns apontamentos para o debate. In: *Gestão Social - uma questão em debate*. São Paulo: EDUC-IEE, 1999.

CRUZ, Breno de Paula Andrade et al. *Extensão Universitária e Responsabilidade Social: 20 anos de Experiência de uma Instituição de Ensino Superior*. **XXXIV Encontro da Anpad**, Rio de Janeiro, n. , p.01-15, set. 2010.

DOWBOR, Ladislau. **Gestão Social e transformação da sociedade**. Disponível em: <<http://www.dowbor.org>>. Acesso em Set. 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto C. **Definindo gestão social**. In. SILVA JR., Jeová T.; MÂSIH, Rogério T. et AL (Orgs.). *Gestão social: práticas em debate, teorias em construção*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 27-38v

GOERGEN, Paulo. *Universidade e Compromisso Social*. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (org.). **Universidade e Compromisso Social**: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 65-95. (Coleção Educação Superior em Debate; v.4).

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. São Paulo: FGV, 1989.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL (Brasil). **O que é RSE**: Referências. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 15 set. 2011

KLIKSBERG, Bernardo. **Más Ética, Más Desarrollo**. 19. ed. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial SRL, 2008.

MAIA, Marilene. **Práxis da gestão social nas organizações sociais**: uma mediação para a cidadania. Tese de Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS / Faculdade de Serviço Social, 2005.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.) **FORUM NACIONAL DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS (BRASIL)**. **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: UFMG, PROEX, 2000.

NOVO, Luciana Florentino; MELO, Pedro Antonio de. **Universidade Empreendedora**: fortalecendo os caminhos para a responsabilidade social. In MELO, Pedro Antonio de;

COLOSSI, Nelson (org.) Cenários da Gestão Universitária na Contemporaneidade. Florianópolis: Insular, 2004. (p.17-35).

PLANO Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. UFFS. **Formulário para Projeto de Extensão:** Curso - Realidade Brasileira a Partir dos Grandes Pensadores. Chapecó, 2010. 14p.

SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas. Com quantas andorinhas se faz um verão? Práticas, relações e fronteiras de aprendizagem. In: SCHOMMER, Paula Chies; SANTOS, Íris Gomes dos (Orgs.). **Aprender se aprende aprendendo:** construção de saberes na relação entre universidade e sociedade. 1. ed. Salvador: CIAGS/UFBA, FAPESB; SECTI; CNPq, 2010.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira:** entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord). **Gestão Social:** metodologia e casos. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2002, 2º. Ed.

_____. **Tem razão a administração?** Ensaios de teoria organizacional e gestão social. Ijuí (RS): UNIJUI, 2004.

_____. **Gestão de ONGs:** principais funções gerenciais. 10. Ed Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2006.

_____. **Cidadania e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2007.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.26, n.81, p. 156-177, mar. 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino. **Educação e Sócio-economia Solidária**. Interação Universidade – Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária, Vol. 2, Cáceres (MT): Editora Unemat, 2008.